



## Do ginásio ao Complexo de Ensino Estadual do Paraná: adesões e ressignificações em uma instituição de ensino (1900-1980)

*From the gymnasium to the Paraná State Education Complex: adhesions and resignifications in an educational institution (1900-1980)*

**Jorge Zaluski**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0795-263X>  
Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil,  
[jorgezaluski@hotmail.com](mailto:jorgezaluski@hotmail.com)

DOI: 10.21680/2596-0113.2023v6n11D29009

**Citation:** Zaluski, J. (2023). Do ginásio ao Complexo de Ensino Estadual do Paraná: adesões e ressignificações em uma instituição de ensino (1900-1980). *History of Education in Latin America - HistELA*, 6, e29009. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/29009>

**Competing interests:** The author have declared that no competing interests exist.

**Editor:** Olivia Morais de Medeiros Neta

**Received:** 27/05/2022

**Approved:** 03/07/2022

**OPEN ACCESS**

### Resumo

Este texto tem por objetivo investigar sobre a trajetória do Colégio Estadual do Paraná ao longo do século XX. Localizado em Curitiba-PR, a partir da perspectiva da história da educação, é possível perceber como, essa instituição de ensino, em diferentes contextos, e, do ensino desenvolvido nela, esteve atrelado ao projeto de estado pautado em questões políticas, econômicas, culturais e sociais. Para isso, são utilizados como documentação histórica, legislações, fotografias, Planos Curriculares, dentre outros documentos, disponibilizados pelo Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná. A análise exposta apresenta contribuições para identificar o percurso da instituição e de adesões ou afastamentos de propostas educacionais desenvolvidas no período investigado.

**Keywords:** Colégio Estadual do Paraná. Ensino Escolar. História da Educação. Instituição Escolar.

### Abstract

This text aims to investigate the trajectory of Colégio Estadual do Paraná throughout the 20th century. Located in Curitiba-PR, from the perspective of the history of education, it is possible to perceive how this educational institution, in different contexts, and, from the teaching developed there, was linked to the state project based on political, economic, cultural issues. and social. For this, legislations, photographs, Curricular Plans, among other documents, made available by the Memory Center of the Colégio Estadual do Paraná. The exposed analysis presents contributions to identify the trajectory of the institution and of adhesions or departures from educational proposals developed in the investigated period.

**Keywords:** State College of Paraná. School Teaching. History of Education. School Institution.

## Introdução

O Colégio Estadual do Paraná (CEP), localizado em Curitiba, possui uma longa trajetória na formação escolar da população da região. Primeiramente, por ter sido palco de diferentes propostas educacionais para a melhoria do ensino ligadas a projetos políticos e/ou desenvolvimentistas em diferentes contextos históricos. Sua origem foi anterior à da emancipação política do estado, quando, por meio da Lei nº. 33, de 13 de março de 1846, da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, foi criado o “Liceu de Curitiba”.

Mariana Rocha Zacharias (2013) identificou que o Liceu de Curitiba não possuía sede própria, e, possivelmente, quando criado, se localizava no “Pátio da Matriz”, onde também funcionava a Câmara Municipal, até o ano de 1854, quando por meio de autorização do presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, a cadeia velha foi demolida para a construção de prédio próprio. Esse prédio manteve atividades voltadas ao ensino até 1923, momento em que foi demolido para a construção das coletorias estaduais (pp. 18-50).

As atividades do Liceu de Curitiba foram marcadas por algumas interrupções e por problemas na estrutura física. Quando foi extinto em 1874, o prédio continuou sendo utilizado para a formação de normalistas e, desde 1876, a partir de reformas educacionais propostas pelo presidente da província, Adolpho Lamenha Lins, por meio da Lei nº. 456, de 12 de abril de 1876, foram criados a Escola Normal para a formação de professoras/as e o Instituto Paranaense, os quais, mais tarde tiveram estrutura própria. O Instituto Paranaense tinha como objetivo principal a preparação dos estudantes para o ingresso no ensino superior, sendo responsável pela aplicação dos exames admissionais.

A partir da mudança política de Império para República, na tentativa de afastar modelos educacionais anteriores e caracterizar como próprios do novo governo, a Reforma de Benjamin Constant, visando à ampliação do ensino escolar e à valorização humanística, alicerçadas no ideário republicano, levaram à criação do ensino ginasial. Os governantes do estado do Paraná, com vistas a implementar a proposição federal criaram o Gymnasio Paranaense em 1892, o qual logo se transformou na principal instituição de ensino secundário da região.

A partir da compreensão de que, ao analisar a trajetória de instituições escolares é possível compreender os projetos educacionais de cada contexto, das relações sociopolíticas, culturais e econômicas, este texto tem como objetivo investigar sobre o Colégio Estadual do Paraná, de modo a perceber como as relações do percurso educacional desenvolvido nessa instituição estão atreladas às discussões políticas, projetos econômicos e as configurações socioculturais desenhadas ao longo do século XX.

Para isso, serão utilizadas, como documentação histórica, fotografias, planos de ensino, legislações e Projeto Político Pedagógicos disponibilizados no arquivo do Centro de Memória, localizado no Colégio Estadual do Paraná e analisadas a partir da história da educação da qual insere-se a instituição investigada.

## Colégio Estadual do Paraná: ensino e projeções de futuro(s) modernizador(es)

Para o cumprimento das exigências estabelecidas pela Reforma de Benjamin Constant, fez com que, em 1900, a instituição, por meio da Lei Estadual n.º 365, de 11 de abril, fosse equiparada ao Gymnásio Nacional (atual Colégio Pedro II), considerada, na época, instituição modelo do Brasil, exigência para garantir a qualidade de ensino ministrado na instituição (Zacharias, 2013).

A equiparação com o referido ginásio, somada à política interna de financiamento para os exames preparatórios, contribuiu para a ampliação da procura por vagas na instituição. Esses foram alguns dos motivos que levaram diretores de instrução pública do Paraná a reivindicar a construção de uma sede própria para o ensino secundário, tendo em vista que

ainda dividia espaço com o Ensino Normal. Dentre vários debates que envolviam o investimento público, o espaço e possíveis questões políticas, em 1902, o então diretor geral da Instrução Pública, Vitor do Amaral, conseguiu autorização para a construção de um prédio para funcionar o Gymnasio Paranaense, tendo a obra sido inaugurada em 1904.

Considerada a principal instituição de ensino do estado do Paraná, o Gymnasio Paranaense ganhou posição de destaque na região. As imagens 2 e 3, do “Gymnasio Paranaense inaugurado em 1904”, permitem ter um panorama da estrutura física da instituição.

Imagens 2 e 3 - Gymnasio Paranaense inaugurado em 1904



Fonte: Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP).

Como pode ser observado, a sede do Gymnasio Paranaense foi idealizada tendo em vista a perspectiva de um palácio. Mesmo diante da nova estrutura física, e da equiparação com o Gymnásio Nacional, através do Decreto n.º 5.742, de 30 de outubro de 1905, instituída pelo governo federal, como espécie de autorização para desenvolver as atividades, o Gymnasio Paranaense continuou apresentando problemas em seu funcionamento, especialmente em relação ao espaço físico. Dificuldade que se ampliou quando o internato do Ginásio Paranaense, em 1919, destinado a estudantes do sexo masculino vindos de outras cidades do estado passou a funcionar na instituição (Ranzi; Silva, 2006) (Santos, 2009). O crescimento do número de estudantes do interior do estado em busca de continuidade dos estudos era grande. Os filhos de lideranças políticas do interior do estado transferiam-se para Curitiba para cursar o ginásio, com o intuito de prosseguir os estudos para ingressar no ensino superior, a partir da fundação da Universidade Federal do Paraná, em 19 de dezembro de 1912. As estudantes do sexo feminino estudavam no prédio do Instituto Paranaense, onde tinham contato com as estudantes do curso da Escola Normal (Archanjo, 1996).

Questão diversa para o público que tinha maior dificuldade em arcar com as custas dos estudos. É importante destacar que nesse período existiram três instituições destinadas a meninos pobres, em situação de vulnerabilidade social ou em situação de conflito com a lei, que foram privados de liberdade no estado do Paraná. Criada em 1909, a Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba, oferecia o ensino primário pela manhã e cursos profissionalizantes de marceneiro, sapateiro, serralheiro, alfaiate durante o período da tarde. No mesmo ano, deu-se a criação do Patronato Agrícola, por meio do Decreto Federal n.º

7.566/09, de 23/9/1909, que contribuiu para fortalecer a percepção de que a educação profissional serviria como meio para ingressar no mercado de trabalho e/ou como uma forma de corrigir “menores” vistos como infratores. Curitiba foi a primeira cidade do País a instalar um patronato que possuía instalações distantes do centro da cidade, e posteriormente contou com apoio do curso de Agronomia da UFPR. Os meninos que por ali passavam eram encaminhados para trabalhar em distintas fazendas do estado, com salários baixos. Outra instituição que merece destaque é a Escola de Aprendizes de Marinheiros, localizada em Paranaguá, a 89 km de Curitiba. Desde 1907, a escola recebia meninos em situação de rua e/ou conflito com a lei. Mesmo distante da capital, muito meninos considerados “menores infratores” foram encaminhados a essa instituição, onde recebiam cursos profissionalizantes sob a promessa de que ingressariam na armada (Belli; Boneti, 2020).

Em relação ao ensino ginásial oferecido pelo Gymnasio Paranaense manteve suas atividades naquele prédio até o fim da década de 1940, quando, por questões políticas, pedagógicas e relativas ao espaço físico, os governantes buscaram construir um novo prédio. É importante destacar que, em 25 de março 1943, o Gymnasio Paranaense teve sua nomenclatura alterada pelo Decreto Estadual n.º 1.358, para Colégio Estadual do Paraná. Segundo Sergio Roberto Chaves Junior, três questões circunscreveram os debates que levaram à construção do novo espaço. A primeira está associada à Reforma Francisco Campos, de 1931, e depois, à Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que alteraram a estrutura do ensino escolar do País. A segunda, refere-se à necessidade de melhorar a higiene da instituição e de ampliar os espaços para as práticas esportivas (a disciplina Educação Física perdeu o caráter apenas recreativo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, momento em que é intensificado o uso do exercício físico escolar com fins militares (Chaves Junior, 2004). A terceira questão está associada a uma pauta da política institucional. O governador Manoel Ribas, em 1940, propôs uma série de reformas urbanas. Nesse projeto urbanístico, foi desenvolvido o que ficou conhecido como “Centro Cívico”, espaço que reúne diferentes prédios governamentais, tais como a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), o Palácio Iguazu (sede do Poder Executivo paranaense) e a prefeitura de Curitiba. A proposta pretendia configurar este espaço da cidade como um “lugar de poder” (Chaves Junior, 2004). O novo prédio do Colégio Estadual do Paraná ocupou posição de destaque.

A construção da nova sede do Colégio Estadual do Paraná foi pauta política de estado em diferentes momentos. Em 1943, foi realizada intensa manifestação para o lançamento da pedra fundamental do novo prédio, na Praça Santos de Andrade, onde se encontra o Teatro Guaíra. Em 1944, foi desapropriada a Chácara da Glória (“Nhá Laura”), espaço comprado pelo governo do estado para a construção do prédio, com terreno de 43.137,63m<sup>2</sup>, localizado nas proximidades do Passeio Público. A Companhia Construtora Nacional foi a responsável pela execução da obra, que teve a participação de Francisco Basile como responsável pelo projeto de arquitetura. A edificação possui 20.000m<sup>2</sup> construídos; com base no projeto, a instituição poderia atender a cerca de 1.900 estudantes por turno (Castro; Sauner, 2012, p. 42).

A inauguração da nova sede ocorreu em 29 de março de 1950, dia em que se comemora o aniversário de Curitiba, com a participação do então presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, e do ministro da Educação e Cultura, professor Clemente Mariani. Mais tarde, em 27 de outubro de 1951, a área desportiva do colégio, composta por ginásio, pista de corrida, campo de futebol e piscina olímpica, teve as obras finalizadas e disponibilizadas para os/as estudantes (Chaves Junior, 2004).

As características da arquitetura do prédio informam sobre o contexto histórico de sua construção, as concepções de ensino da época e as formas utilizadas para manter os/as estudantes e professores/as sob contínua vigilância. As imagens 4 e 5, retiradas do “Folder publicitário sobre o ensino (frente e verso)”, permitem ter-se um panorama da estrutura física. Por corresponder a um folder publicitário, é possível compreender também como a estrutura física da instituição foi utilizada para fins discursivos sobre o desenvolvimento econômico do Estado.

Imagem 4 - Folder publicitário sobre o ensino (frente)



Fonte: Acervo Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP), sem data.

Imagem 5: "Folder publicitário sobre o ensino (verso)



Fonte: Acervo Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP), sem data.

O referido folder não fornece informações sobre o ano de sua produção, nem se foi publicado pela equipe da própria instituição ou por algum outro setor do estado do Paraná. Possivelmente, foi produzido a partir de 1952, quando as instalações desportivas foram finalizadas. Não é possível afirmar se seu objetivo principal era para convidar novos/as estudantes para ingressar na instituição. Mas, com certeza, o impresso reforçava o lugar de poder assumido pela instituição de ensino no estado do Paraná.

Conforme a disposição da escrita, das imagens e marcações de dobradura, o/a leitor/a do impresso deveria percorrer um caminho planejado para vislumbrar a magnitude do edifício, associada ao local de poder. Com o material dobrado, o/a leitor poderia ler as primeiras informações em amarelo, que continham as indicações do nome do Colégio Estadual do Paraná e, logo abaixo, uma foto da faixa do CEP; em seguida, as informações de que a instituição possuía:

[...] capacidade para 6.000 alunos. Cine Teatro: com lotação de 1000 pessoas. Praça de esportes: futebol, atletismo, basquete-bol, caixa de saltos e pista para lançamentos. Salas de aula (48); Salas de professores e alunos (21); Gabinetes médico-dentários (07); Laboratório de física e química (02); Anfiteatros (03) Ginásios (02), Salão de festas, biblioteca e piscina olímpica” (Folder, s/d).

Ao virar o impresso para o outro lado, as imagens de “um dos ginásios, piscina olímpica e salão nobre”, possivelmente despertariam no/a leitor curiosidade para conhecer uma instituição de ensino considerada inovadora. Ao abrir parte do folheto, mais imagens referentes à “sala de aula, auditório e detalhes de um laboratório”. Um cenário bastante diverso de muitas instituições de ensino (ainda no presente). Para finalizar o percurso de leitura, mas para continuar produzindo efeitos em seu/a leitor, ao abrir o restante da página, uma imagem que permite ter uma visão geral do CEP, com as descrições: “Assim se constroeu um Paraná maior”. Ou seja, o ensino escolar estava sendo utilizado pelos produtores do folder com finalidades políticas.

As historiadoras Elizabeth Amorim de Castro e Zulmara Clara Sauner (2012), em uma investigação sobre a arquitetura das instituições escolares do estado do Paraná afirmaram que a instituição foi projetada e possuía os seguintes espaços:

1º pavimento (térreo) – Entrada, tesouraria, com sala de espera, Inspetoria Federal, com sala de espera, Gabinete médico, com sala de espera e sanitários, Hall, dois elevadores, portaria, dentista, com sala de espera. Recreio coberto, palco, vestiários, teatro e plateia, decida para o subsolo (...). Sanitários amplos, secretária geral, com sala de espera, telefones, sala para cantina. Área e outros pontos complementares.

2º pavimento – Terraço, Hall (entrada), diretoria-geral, com sala de espera, escadarias, grande hall, salas diversas, salas de aula de nº. 1 a 16. Sanitários, inspetoria-geral, com sala de espera. Gabinetes (vários), sanitários para professores. Telefones, dispensa, portaria, decida para a plateia do pavimento inferior. Gabinete para operações cinematográficas.

3º pavimento – Varanda, gabinetes, salas para professores, sanitários para professores, salas diversas para depósito, bedel, etc., - biblioteca, salas de aula nº. 17 a 21, laboratórios, áreas, anfiteatro e várias outras instalações para fins diversos.

4º pavimento – Varanda, Gabinetes, Sala para professores, sanitários para professores. Hall, saletas para bedel, e outras finalidades, salas de aula nº 33 a 40, salão nobre, sanitários, anfiteatro, laboratório.

5º Pavimento – (subsolo) trata-se de um perfeito abrigo anti-aéreo, elaborado sob todas as exigências modernas. Amplo, com ótimas instalações, fácil acesso, sólido e seguro, podemos garantir que atenderá no futuro as finalidades a que se destina. Repetimos: é invulgar e notável.

No mesmo nível do subsolo, localiza-se à sub-estação de eletricidade, fornecedora de energia para todo o prédio e adjacências (Relatório de Obras Públicas do Paraná, apud Castro; Sauner, 2012, p. 45).

A descrição detalhada do que veio a ser o prédio do CEP permite compreender a dimensão de sua estrutura física e das concepções de ensino da época. Além das salas de aula e de atendimento de professores/as, o edifício possuía laboratórios, auditórios e teatro para a realização de eventos e práticas educativas diferenciadas. A edificação possuía também um consultório odontológico e várias salas de aula para inspetores/as (bedel), o que demonstra a constante vigilância em todos os andares, somada a distribuição das salas “em formato u”, que permitiria a um/a professor/a vigiar a sala ao lado. Chamam a atenção as especificações para o 5º pavimento, em relação ao “abrigo anti-aéreo”. Quando o projeto foi elaborado e a construção iniciada, estava em curso a Segunda Guerra Mundial. Como pode ser notado, a instituição escolar modelo do estado do Paraná havia sido idealizada para abrigar os/as estudantes, professores/as e demais representantes da equipe escolar no caso de uma guerra. Segundo as referidas autoras, o Relatório de Obras Públicas afirmava que o CEP “atenderá no futuro às finalidades a que se destina. Repetimos: é invulgar e notável” (Relatório de Obras Públicas do Paraná, apud Castro; Sauner, 2012, p. 45).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do CEP de 2017 informa, pelo Decreto n.º 18.181, de 9 de julho de 1955, que aprovou o regime interno dos ginásios e colégios do estado, que a instituição passou a ter autonomia na elaboração do próprio regimento. Como indica o Art. 86, "o Colégio Estadual do Paraná, pelas suas características de instalação e longevidade funcional, terá o seu regime próprio" (Paraná, Decreto n.º. 18.181/1955). Ainda em relação às diferenças do CEP frente às demais instituições escolares do estado, por meio da Lei Estadual n.º. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, o colégio tornou-se um órgão autônomo da Secretária Estadual da Educação e Cultura, facultando-lhe autonomia administrativa e financeira.

Na década de 1950, tivemos a criação de várias atividades extracurriculares: o Teatro Amador, em 1952; o Coral e a “escola” de Artes, em 1958; a banda musical Bento Mossurunga, em 1959. Suderli Oliveira Lima (2008) analisou as atividades denominadas “Paraescolares e Complementares”, desenvolvidas no CEP durante as décadas de 1960 e 1970, a partir da compreensão de que a instituição foi o “centro de irradiação cultural”. Nessas aulas extracurriculares se desenvolviam oficinas e ensaios de peças musicais, teatrais e outras atividades que eram apresentadas na própria instituição, seja para outros/as estudantes ou para a comunidade em geral. A autora também apresenta algumas considerações sobre atividades voltadas à física, à astronomia e a áreas afins, amplificadas em 1968, com a criação do Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná (Oacep), que, desde sua criação, esteve filiado à Liga Latino-Americana de Astronomia. Muitas dessas atividades eram de caráter facultativo e utilizadas para complementar os conteúdos trabalhados. Conforme destaca a autora, com a elaboração do Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD), em 1968, essas atividades extracurriculares passaram a integrar o componente curricular do CEP e foram sendo gradativamente ampliadas (Lima, 2008).

É importante destacar que, durante a década de 1940, a promulgação das leis orgânicas do ensino, entre elas o Decreto-Lei n.º. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que tornou obrigatória a matrícula das crianças aos 7 anos de idade, mais estudantes do sexo feminino puderam ingressar nas instituições de ensino escolar. Com isso, parte das desigualdades de gênero vinham sendo rompidas lentamente. Entretanto, quando inaugurado o novo prédio, as estudantes do sexo feminino foram separadas dos estudantes do sexo masculino por meio de “alas” em que era permitida a circulação de pessoas do mesmo sexo no mesmo turno. Léa Resende Archanjo, através dos dados de matrículas e composição de turmas do CEP, entre as décadas de 1950 e 1960, percebeu que, desde a inauguração do novo prédio, ocorreu um aumento de estudantes meninas. As amarras das desigualdades de gênero contribuíram para que a direção da instituição tomasse algumas providências para a organização das aulas. A autora afirma o seguinte:

A partir de 1957, o turno da manhã passou a concentrar as turmas masculinas, enquanto o turno da tarde tornou-se exclusivamente feminino. O turno da noite manteve algumas turmas mistas, mas era reduzida a

frequência feminina nesse turno, provavelmente devido aos empecilhos colocados à matrícula de mulheres no horário noturno (Archanjo, 1996, p. 30).

De um total de 3.043 matrículas em 1952, 730 correspondiam a estudantes do sexo feminino. Em 1957, ano em que foi instaurada a divisão por turno, o CEP registrava 1.472 matrículas no turno da manhã, dessas apenas 23 eram de meninas, 838 no turno da tarde (apenas meninas), e 953 matrículas no noturno, com apenas 70 do sexo feminino. Já em 1960, o CEP possuía 1.351 matrículas de pessoas do sexo masculino no período da manhã e 1.176 no período da tarde, correspondente às meninas. Os fatores que levaram ao crescimento dos números, principalmente o de estudantes do sexo feminino, não foram apenas pela obrigatoriedade do ensino. Nesse período, o CEP destacou-se por ser público e gratuito. Entretanto, mantinha-se a cobrança de algumas taxas como forma de auxílio financeiro. Mesmo com a existência dos exames admissionais, foi ampliada a procura pela instituição, tanto por estudantes locais como de outras cidades. Circulava, na época, a informação de que o CEP era o “maior colégio da América Latina” (Archanjo, 1996).

A divisão das turmas com base nas distinções de gênero era preconizada na Lei Orgânica de Ensino. No CEP, outras ações desenvolvidas demonstram que a cultura escolar da época, mesmo com o ingresso de meninas nas instituições escolares, era norteada por um ideário de desigualdade de gênero. Segundo Léa Resende Archanjo, “quando, em 1956, passaram a exigir o uso do novo uniforme, os rapazes fizeram uma manifestação de protesto no pátio e, para eles, o uniforme continuou a ser facultativo. Para as alunas, o uniforme tornou-se obrigatório” (Archanjo, 1996, p. 84). Ou seja, através da indumentária, buscava-se disciplinar o corpo das meninas. O protesto dos meninos e rapazes foi levado em consideração, prevalecendo controle maior sob as estudantes meninas. Outras formas de controle sobre o corpo e a sexualidade dos/as estudantes podem ser identificados em relação aos vestiários e sanitários do ginásio de esportes. Para os estudantes do sexo masculino, o banho, por exemplo, deveria ser realizado de forma individual, diferente do das estudantes do sexo feminino, que poderia ser realizado de forma coletiva (Archanjo, 1996). Ou seja, com a separação dos corpos, procurava-se controlar as práticas sexuais. Outra questão relativa ao tema pode ser percebida na proibição para as meninas de circularem em outros espaços fora da escola, no período da tarde, como na entrada para as matinés de cinema, pois, em função da divisão de horário, com base na distinção de gênero, elas deveriam estar nas salas de aula.

Com a promulgação da Lei 4.024/1961, mesmo sem qualquer indicação sobre a necessidade de dividir os/as estudantes com base nas distinções de gênero, essa configuração foi mantida no CEP. Talvez seja pela cultura escolar já instituída, ou devido à interpretação da legislação, que, em seu artigo 26º, em parágrafo único, afirmava que “os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (BRASIL, Lei nº. 4.024, de 1961). Ou seja, mesmo sem prescrição em separar os/as estudantes com base na distinção sexo/gênero para a composição de turmas, a legislação fornece indícios de que as atividades deveriam ser organizadas com base na distinção corporal sobre os corpos apresentados como masculino e feminino.

Como destaca a historiadora Sílvia Maria de Fávero Arend (2012), a educação escolar, principalmente a partir da década de 1960, contribuiu para que, diante das diferenças e situações desiguais de gênero construídas historicamente, muitas meninas/mulheres pudessem construir um horizonte mais igualitário por meio de trajetórias similares nos estudos, o que contribuiu para romper com parte das desigualdades de gênero (Arend, 2012). Todavia, em meio a pequenos avanços no campo educacional e, por consequência, nas relações e configurações socioculturais, muitas amarras das desigualdades de gênero ainda estavam presentes no CEP.

Quando a Lei nº 5.692/1971 tornou obrigatório o ensino para a formação para o trabalho, o CEP procurou adaptar-se às mudanças. Após a extinção dos exames admissionais da organização do ensino fundamental em duas etapas e da introdução do segundo grau, a procura por vagas e a tentativa de colocar em prática o novo modelo educacional, contribuiu

para a organização do complexo escolar “Colégio Estadual do Paraná”, conforme se verá a seguir.

## O Complexo Escolar “Colégio Estadual do Paraná”

A obrigatoriedade do ensino de formação para o trabalho, a partir da Lei nº 5.692/1971, fez com que as instituições de ensino passassem por uma reformulação curricular, tanto por ter que redimensionar os objetivos do ensino para áreas específicas de formação profissional, e, a partir da extinção dos Exames Admissionais, para ofertar o ensino a uma parcela ainda maior da população, visto que a matrícula no ginásio até então estava condicionada à aprovação nos exames admissionais (pagos). No CEP, essa modificação no ensino foi sentida de forma ainda maior, pois era necessário realizar as adaptações para o ensino fundamental da 5<sup>o</sup> à 8<sup>o</sup> série em consonância para a formação de segundo grau em áreas específicas.

Com base em informações do Parecer nº. 136/74, emitido pela Secretária Estadual de Educação e Cultura (Seec), que aprovou o “Plano de Implementação do Ensino de 1<sup>o</sup> grau, apresentado pela Unidade Escolar Colégio Estadual do Paraná”, foi criada uma força tarefa para que as instituições escolares do estado passassem a atender às exigências estabelecidas pela Lei 5.692/1971. Para isso, já em 1971, foi criado o Grupo de Acompanhamento e Controle dos Planos de Implementação da Lei nº 5.692/71 em cada núcleo regional, que, em conjunto com a equipe do CEE, orientava a equipe de cada instituição (professores/as, direção, orientador/a vocacional, dentre outros) para a elaboração da proposta curricular para atender às exigências da Lei nº 5.692/1971. A aprovação da proposta estava condicionada à avaliação dessas duas instâncias. Ou seja, enquanto a Equipe de Currículo do CEE desenvolvia a proposta curricular publicada em 1973 na revista *Currículo*, que serviu como orientação estadual para o projeto educacional do estado, equipes pedagógicas e técnicas de cada instituição debruçaram-se, ao mesmo tempo, sobre a nova modalidade de ensino para a construção de uma proposta curricular favorável a cada localidade.

No CEP, as discussões desenvolvidas pela direção, orientação educacional e professores/as, foi desenvolvida em conjunto com a equipe de outras instituições escolares, que, mais tarde, integraram o que ficou conhecido de Complexo Escolar Colégio Estadual do Paraná. Essa atividade conjunta partiu de orientações de integrantes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que determinou que instituições maiores deveriam desenvolver a implementação curricular em conjunto com outras instituições de ensino próximas. Como modelo educacional estadual, apenas o grupo do CEP foi configurado como complexo.

Conforme levantamento feito pela Coordenação de Orientação Educativa do CEP, a implementação curricular da proposta de ensino do CEP partiu do levantamento de informações sobre o público matriculado. A identificação desse público permitiria melhor atender aos/às estudantes nas áreas de atuação profissional ou para os encaminhamentos relativos à formação de segundo grau.

Com base em análise feita pela Coordenação de Orientação Educativa, apresentada sobre o levantamento, com data de 1972, havia o problema de que “o corpo docente, técnico e planejadores” não tinham informações quanto às aspirações dos pais dos alunos com relação ao tipo de iniciação para o trabalho e quanto ao panorama profissional e ocupacional da família para a montagem do currículo” (Paraná, 1972, p. 4). Como pode ser observado, o processo de elaboração da proposta curricular não pretendia, até então, escutar os/as estudantes em relação à formação profissional pretendida. Tal fato informa sobre um afastamento em relação ao proposto na Lei nº 5.692/1971, que visava ao interesse e à aptidão profissional do/a estudante. Esse afastamento estava associado a outras duas questões: à de levar em conta a posição dos responsáveis pelo/a estudante em sugerir a carreira profissional desejada para os/as filhos/as; à da naturalização de que os/as estudantes/as pretenderiam seguir a atividades profissionais de seus/as responsáveis. Mesmo que o CEP já possuísse experiência na formação em áreas técnicas, como nos cursos de “Reparação de Eletrodomésticos e Datilografia”, ministrados em 1970 e 1971 e que até aquele momento não

tivesse existido a preocupação em ouvir os interesses profissionais dos/as estudantes para a constituição do Projeto de Caracterização Escolar, ao apresentar um levantamento sobre a posição dos/as estudantes sobre os cursos já ofertados como uma tentativa de traçar um perfil do público novo (que ingressou após a extinção dos exames de admissão), indicou que alguns estudantes responderam que “a escola não atende à nossa realidade”.

Parte do distanciamento entre os interesses dos/as estudantes pode ter-se originado a partir dos primeiros cursos de formação de segundo grau oferecidos pelo CEP, pois o ano letivo de 1972 precisou ser iniciado já oferecendo essa modalidade. O projeto de implementação do ensino de segundo grau, mesmo que provisório, só foi finalizado no fim do ano. Encaminhado para avaliação da CEE, por meio do Protocolo nº. 10.847/1, de 29 de dezembro de 1972, afirmava:

1 - O projeto em pauta refere a habilitações Profissionais do setor Técnico, os quais sejam: **Técnico em Secretariado e Assistente de Administração. Já iniciado no 1º semestre de 1972.**

2 – Com as possibilidades que a Lei nº 5692/71, oferece, **o colégio solicita outras habilitações menores** de: Desenhista de Arquitetura, de Estruturas, de Instalações Hidráulicas e Laboratorista de Análises Clínicas (Paraná, 1972).

Como demonstrado por meio de ofício, a equipe do CEP solicitou que os cursos em andamento fossem mantidos, e em uma escala hierárquica com habilitações menores. Em 1972 existiam cinco turmas de Técnico em Administração, três no turno da manhã e um na tarde, e em Secretariado Executivo - uma turma pela manhã e duas à tarde. Ao longo da década, novos cursos técnicos foram implementados, tanto os que tiveram o pedido aceito por meio desse ofício, como outros que foram desenvolvidos conforme os interesses identificados nas turmas do ensino fundamental.

Neste sentido, por mais que o foco da atenção desta tese seja o de perceber o desenvolvimento curricular para o ensino da 5ª à 8ª série, este possuía estreitas relações com o ensino de formação de segundo grau, com o qual se pretendia qualificar os/as adolescentes para o trabalho, mas, para aqueles/as que pudessem continuar o ensino, o novo modelo deveria auxiliar na continuidade aos estudos com base nas distinções por área de interesse. Ou seja, os primeiros cursos solicitados e aprovados pela equipe do CEP foram na área administrativa, que criava obstáculos para a formação no segundo grau. Lentamente, ao longo da década, esse cenário foi se invertendo, com novos cursos. Conforme levantamento apresentado para aprovação e/ou reavaliação de cursos técnicos de segundo grau para o ano letivo de 1981, entre os anos de 1971 e 1980 foram ofertados os seguintes cursos: Assistente de Administração e Secretariado, desde 1972; Técnico de Arquitetura; Técnico de Estrutura; Técnico de Instalações Hidráulicas e Técnico em Laboratório em Análises Clínicas, a partir de 1973; Técnico em Prótese; Técnico em Edificações; Técnico em Auxiliar em Processamento de Dados e Auxiliar de Escritório, a partir de 1974; Técnico em Oficial de Farmácia e Auxiliar de Estatística, a partir de 1976; Técnico Auxiliar em Patologia Clínica a partir de 1977; Técnico de Laboratório e Prótese Odontológica; Técnico em Auxiliar de Farmácia e Ator a partir de 1980 (Paraná, 1980). Alguns dos referidos cursos não abriram turma em um ou mais anos.

Um dos problemas para a implementação de forma mais rápida da proposta curricular esteve associada à falta de equipe docente, principalmente com formação para desenvolver a proposta específica para cada curso e que dialogasse com a formação da 5ª à 8ª série. Ainda em 1972, na tentativa de ampliar o debate para atender às instituições de ensino próximas ao CEP, a equipe educacional das seguintes unidades escolares: Escola Tiradentes; Escola Dr. Xavier da Silva; Escola Professor Brandão; Escola Conselheiro Zacarias; Escola Dona Carola; Escola Aline Picheth; Escola Amâncio Moro, desenvolveram um Projeto de Ação Integrada. A equipe educacional das escolas integradas ao CEP deveria realizar um estudo em conjunto para identificar os interesses profissionais dos/as responsáveis para com os/as estudantes e realizar o levantamento das atividades profissionais dos pais e mães. Com base nesse estudo, a referida equipe deveria desenvolver uma proposta curricular que atendesse à Lei 5.692/1971, às projeções profissionais idealizadas pelos/as responsáveis dos/as estudantes e aproximar-se da realidade local, já que, conforme o documento, compreendiam

que o interesse profissional não estaria distante do que era vivenciado no grupo familiar. Ou seja, a profissão do/as estudantes estaria vinculada às experiências profissionais dos/as responsáveis.

Conforme informa o Plano de Ação, desenvolvido de forma coletiva, foi realizada uma reunião com os/as responsáveis pelos/as estudantes matriculados em cada instituição. Essa foi a melhor forma encontrada para identificar a profissão que eles possuíam e as pretensões para os/as futuros/as trabalhadores/as. Nesse encontro, foi acordado que os/as responsáveis deveriam fazer um acompanhamento do/a estudante, como forma de perceber possíveis disposições e/ou interesses profissionais. Na escola, mesmo sem que cada instituição ainda não tivesse um profissional capacitado para realizar as avaliações de interesses, “em vista da realidade analisada, o Orientador Educacional era obrigado a assumir também a função” (Paraná, 1972) através de reuniões individuais e coletivas, de encontros para identificar as possíveis áreas de interesse. Esse acompanhamento foi cada vez mais se ampliando por meio do Serviço de Orientação Educacional.

Mesmo com o ano letivo em movimento, as ações do Plano de Ação deveriam ocorrer entre os meses de agosto e setembro de 1972. Só posteriormente ao levantamento das informações compreendidas como necessárias é que se poderia pensar um modelo curricular para atender à legislação associada ao cenário do Complexo do CEP. Assim, o modelo curricular do ensino da 5ª à 8ª série das instituições que integraram o Complexo do CEP seria unificado e efetuado conjunto com a “sondagem de aptidão”. Serviria igualmente de base para desenvolver os cursos de formação técnica no segundo grau do CEP.

Lilian Ianke Leite (2019), com o intuito de analisar o processo de implantação da proposta da LDB de 1971 no CEP, utilizou, em sua observação, algumas fontes que embasam este estudo. Tendo em vista as atas de reunião dedicadas aos encontros para a construção da proposta curricular, realizadas entre 1972 e 1973, Leite identificou que desde o início de 1972 a direção, os/as professores/as e a equipe pedagógica das instituições do Complexo demonstraram grande interesse em desenvolver uma proposta de ensino que atendesse aos interesses da comunidade escolar. Logo, mesmo diante de imposições estabelecidas pela legislação, não se pode afirmar que a equipe do CEP tenha aderido de forma automática às decisões vindas de nível federal. Como destaca a autora, “a integração das escolas em complexos escolares foi uma hábil estratégia governamental para afirmar a ideia de continuidade do processo de escolarização da 1ª à 8ª série, e também para otimizar a escassez de recursos materiais e humanos” (Leite, 2019, p.119). Ou seja, mesmo que o governo estivesse sob o comando dos militares, e da carência de corpo docente e de material, a proposta de ensino do CEP (entende-se aqui todo o complexo), foi desenvolvida, aparentemente, de forma mais democrática, dada a participação conjunta de professores/as, direção, equipe pedagógica, e, com indicativo da participação dos/as estudantes.

Diante das recomendações para os debates sobre a implantação curricular na região central de Curitiba, e de o CEP assumir posição de destaque, o Complexo Educacional do CEP foi oficialmente reconhecido através da Resolução nº. 3.601/SEC, e “autorizado a funcionar nos termos da legislação vigente” pelo Decreto nº. 1.358, de 23 dezembro de 1975. Composto por oito unidades educacionais, apenas o CEP oferecia formação de segundo grau. Elevado à categoria de colégio, era a unidade centro. As demais eram as seguintes: Escola Tiradentes (unidade 1); Escola Dr. Xavier da Silva (unidade 2); Escola Professor Brandão (unidade 3); Escola Conselheiro Zacarias (unidade 4); Escola Dona Carola (unidade 5); Escola Aline Picheth (unidade 6); Escola Amâncio Moro (unidade 7). Em 1982, por meio da “Resolução nº. 55/85, de 13 de janeiro de 1982, foram desvinculadas as Escolas Amâncio Moro – Ensino de 1º Grau e Xavier da Silva – Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau”. Mesmo com essa desvinculação, as unidades continuaram sendo mencionadas com os mesmos números nos documentos.

O mapa a seguir - Imagem 7 - “As unidades do Complexo Educacional do Colégio Estadual do Paraná” - permite identificar a disposição de cada unidade de ensino. Por meio dessa imagem, é possível notar a distância de cada uma em relação ao CEP e à distribuição do Complexo Educacional.

Imagem 7 - “As unidades do Complexo Educacional do Colégio Estadual do Paraná”



Fonte: Google Maps. Adaptado pelo autor, 2022.<sup>1</sup>

A distribuição entre as letras A e H do mapa indicam a localização de cada instituição escolar que ainda estão em funcionamento. A unidade 1, pertencente à Escola Tiradentes, é a mais próxima do CEP; apenas o parque do Passeio Público Municipal as separa. As unidades 3 e 4 também estão próximas: a Escola Professor Brandão ficava distante 750 metros; a Escola Conselheiro Zacarias, 1 km de distância. As demais escolas estavam localizadas mais distante, o que dificultava o acesso de professores/as, direção, equipe pedagógica e estudantes quando necessitassem ir até o CEP.<sup>2</sup>

O Plano Curricular do Complexo Educacional do Colégio Estadual do Paraná, possibilita identificar como a distribuição dos/as estudantes por meio da distinção entre série, turno, gênero e a obrigatoriedade de educação física interferiram na organização das atividades do conjunto de escolas. O Plano Curricular foi elaborado em 1974, sendo dividido nos seguintes itens: identificação; diagnóstico de realidade; justificativa do plano e estrutura metodológica. Ou seja, apresenta um breve histórico de cada instituição, informações sobre a estrutura física de cada escola, grade curricular composta por encaminhamentos metodológicos e relativo aos conteúdos para cada disciplina em sua respectiva série. Por se tratar de um complexo educacional com formação para todo o ensino fundamental, o documento possui as indicações da 1ª até a 8ª série. O documento, por sua extensão - 435 páginas datilografadas -, foi sendo complementado ao longo do tempo.

A versão do documento analisada possui anotações sobre substituição e/ou complementação dos anos de 1977, 1980 e 1982 e 1983, o que demonstra parte da complexidade para desenvolver um modelo curricular para atender a todas as instituições do complexo para proporcionar uma variedade de cursos para escolha e/ou aproximação de interesse profissional. Tendo em vista que o Plano Curricular foi construído em diferentes tempos, e, por conter observações de 1983, quando aqui referenciado, será acompanhado do ano de produção.

As equipes pedagógicas das instituições que integravam o Complexo de Ensino do CEP eram responsáveis por disponibilizar o ensino fundamental da 1ª até a 7ª série para os/as estudantes. Era no CEP, unidade do centro, que funcionavam as turmas das oitavas séries. Conforme se demonstrou pela descrição das sete unidades, os/as estudantes possuíam

<sup>1</sup> As marcações no mapa foram realizadas por meio do aplicativo gratuito, bathgeo. Disponível em: <https://pt.batchgeo.com/>.

<sup>2</sup> A Escola Dr. Xavier da Silva e a Escola Aline Picheth estavam distantes 2.6 km do CEP. A Escola Dona Carola localizava-se a 2.3 km da unidade centro. A Escola Aline Picheth situava-se a 3.4 km do CEP. A Escola Amâncio Moro 4.2 km distanciava-se do CEP.

trajetórias distintas quanto ao cotidiano escolar, à origem familiar, à renda e a expectativas em relação ao mundo do trabalho.

Ao se referir ao CEP, em seu histórico, o documento informa que atendia a estudantes oriundos de realidades bastante distintas. Assim consta no Plano Curricular:

Mesmo que prevalecem os alunos procedentes de famílias de nível médio, mas há alunos de classes abastadas que utilizam veículo próprio para a frequência às aulas e há alunos pobres, procedentes de bairros periféricos. Há alunos com problemas de alimentação, com dificuldades para aquisição de vestuário e livros (Plano Curricular, 1985, p. 36).

O CEP era responsável por atender à oitava série e um dos poucos estabelecimentos de ensino público da capital a fornecer os estudos de segundo grau. No histórico apresentado para compor o Plano Curricular, fez-se questão de demonstrar que essa instituição era procurada por estudantes, não só de Curitiba, mas de pessoas vindas de todo o estado, “daí a razão por que procede o adjetivo estadual, sempre atualizado e real” (Paraná, 1985, p. 36).

Em 1982, o número total de estudantes do Complexo era de 4012. O CEP alocava 14 salas de aula para atender apenas ao ensino da 8ª série, que tinha como público 547 estudantes, que estavam prestes a finalizar o ensino fundamental: 267 meninos no turno da manhã e 280 meninas no turno da tarde, os quais constituíam a primeira turma de estudantes a frequentar todo o ensino fundamental com base nas recomendações da Lei 5.692/1971, da diretriz curricular do Paraná e do currículo do CEP. O CEP era responsável pela formação de mais de 500 estudantes que, ao menos na letra da lei, poderiam escolher entre ingressar no mercado de trabalho e/ou seguir os estudos em formação de segundo grau. Em 1984, todo o Complexo de Ensino atendia a 4.434 estudantes no ensino fundamental; desses, 481 estudantes na 8ª série (205 meninos e 276 meninas) e 309 na 7ª série (122 meninos e 187 meninas), que, nesse ano, também passaram a frequentar o CEP no período da manhã. Nesse mesmo ano, a Escola Tiradentes deixou de ofertar a sétima série; logo, as estudantes passaram a frequentar o CEP.

## Considerações

A partir das observações, nota-se que o Colégio Estadual do Paraná possui uma longa trajetória na formação educacional de estudantes de todo estado, seja por aqueles/as que frequentaram o ensino diretamente na instituição, ou, devido aos modelos de ensino desenvolvidos na instituição como um projeto de construção do futuro do estado. Nesse sentido, além de estar envolto às questões pedagógicas de cada contexto, o ensino desenvolvido na instituição esteve atrelado as configurações econômicas, sociais, políticas e culturais de cada momento. Visto que, ora a equipe da instituição ora propunha reconfigurações, ora mantinha estrutura já delineadas historicamente, como as distinções de gênero, por exemplo.

Em cada contexto, como devido mudanças econômicas em Curitiba na década de 1970, principalmente no setor industrial, abriu espaço para novos postos de trabalho. Na escola, por meio da experiência com as aulas práticas, pretendia-se que os/as estudantes tivessem “maior conhecimento e conseqüente valorização do trabalho; conhecimento de aptidões indispensáveis para a melhor escolha de profissões; possibilidade de conquista de melhores condições de vida; ampliação das condições para competir no mundo do trabalho” (Paraná, 1983, p. 406). Nesse sentido, é possível afirmar que existiram muitas aproximações das atividades e recomendações para proporcionar aos/às estudantes a experiência com diferentes atividades profissionais e compreenderem parte da rotina de trabalho exigida por elas.

Como indica Lima, ao identificar, no início da década de 1980, que a imprensa curitibana se orgulhava em anunciar que “o CEP foi responsável por 60% da formação escolar de Curitiba” (mesmo sem apresentar a população exata), pode-se perceber a importância e a influência dessa instituição de ensino. Quando transformada em Complexo de Ensino, mesmo sob as imposições da ditadura militar, é possível afirmar que a equipe responsável pelo

encaminhamento curricular ora aderiu, ora ressignificou as prescrições enunciadas em nível federal ou estadual, como uma afirmação ao “lugar de poder” que ocupa.

## Fontes

### Conselho Federal de Educação

Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 40.24/1961

Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5692/1971

### Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná

Revista Currículo, v.3, nº. 3, 1973.

Folder comemorativo.

Fotografias.

Plano de Implementação do Complexo Educacional do Colégio Estadual do Paraná.

## Referencias

Archanjo, L. R. (1996). *Relações de gênero e educação escolar. Colégio Estadual do Paraná (1950/1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba.

Arend, S. M. F. (2012). Meninas. Trabalho, escola e lazer. In: Pinsky, C. B.; Pedro, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. (p. 65-83). 1ed. São Paulo: Editora Contexto.

Belli, M. J. M. L.; Boneti, L. W. (09 de setembro de 2020). Educação profissional: entre o lápis e a ferramenta. a insurgência do menor aprendiz. *Revista Contexto & Educação*, v. 35, n. 112, 366-383. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2020.112.366-383>

Castro, E. A.; Posse, Z. C. S. (2012). *Ginásios Normais e Profissionais: a arquitetura escolar do Paraná na primeira metade do século XX*. Curitiba, PR: Edição do autor.

Chaves Junior, S. R. (2004). *A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba.

Leite, L. I. (2019). A Lei 5.692/71 e a implantação da reforma na escola. In N. G. Gonçalves & S. P. Bornatto. *Educação e sociedade na ditadura civil-militar: adesões, acomodações e resistências* (p. 115-132). Curitiba, PR: CRV.

Lima, S. (2008). *Colégio Estadual do Paraná como centro de irradiação cultural: uma análise de suas atividades complementares (décadas de 1960-1970)*. Dissertação (Mestrado). Universidade do Paraná (UFPR). Curitiba.

Ranzi, S. M. F.; Silva, M. C. (21 de julho de 2006). Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal Educação. *Revista do Centro de Educação*, vol. 31, 133-152. <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/issue/view/106>

Santos, J. (2009). *A expectativa de mais um Luzeiro do saber em Curitiba: o Internato do Ginásio Paranaense (1919-1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba.

Zacharias, M. R. (2013). *Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba.